

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA RESEX MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE.

Setor/Órgão/UC: Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguaape/ICMBio

Maragogipe, 06 de janeiro de 2026.

1. OBJETIVO

Elaboração de um Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a RESEX Marinha da Baía do Iguaape, focado em quatro comunidades quilombolas da RESEX - Guaí, São Francisco do Paraguaçu, Engenho da Ponte e Salamina-Putumuju.

1.1. Objetivos Específicos

- 1.1.1. Capacitar o público-alvo nos temas relacionados ao Turismo de Base Comunitária;
- 1.1.2. Facilitar a elaboração participativa de Acordos Comunitários sobre distribuição de competências e repartição dos recursos advindos do turismo;
- 1.1.3. Estruturar o Plano de Negócios do Turismo de Base Comunitária para as comunidades alvo;
- 1.1.4. Elaboração de Plano de Monitoramento da Visitação nas comunidades alvo;
- 1.1.5. Elaboração de cartilha/guia para o visitante e produção de material gráfico com diagramação para publicação e divulgação do TBC, explorando temáticas relacionadas

aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, suas referências culturais, histórias e memórias;

1.1.6. Capacitar o público-alvo em Comunicação para o Turismo de Base Comunitária;

1.1.7. Elaboração de Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a RESEX Marinha da Baía do Iguape.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do governo federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um Sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Este sistema integra diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) e outras medidas de conservação baseadas em área, sob diferentes estratégias de gestão.

O Governo Federal implementa o Projeto GEF-Mar por meio de uma parceria técnico financeira com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sendo financiado com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 1777032 entre Petrobras e IBAMA, como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da empresa em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26. Os recursos são geridos financeira e operacionalmente pelo Funbio por meio dos Acordos de Contribuição Financeira Não Reembolsável celebrados entre o FUNBIO e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras com anuência do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em 31/10/2018 e em 29/09/2022, nos valores respectivos de sessenta e quarenta milhões de reais. O Projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelo ICMBio. O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a

Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem como ação básica a implementação das unidades de conservação (UC) federais, visando à conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental. É exigência legal e diretriz do órgão que a implementação destas áreas seja feita de forma participativa, garantindo o envolvimento da sociedade nos processos de tomadas de decisão. Para isto, uma das ações do Instituto é capacitar os atores sociais envolvidos com as UC para atuarem ativamente e de forma qualificada na sua gestão.

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei 9985/00), uma das categorias de unidade de conservação voltadas à proteção dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais é a Reserva Extrativista (RESEX), como a RESEX Marinha da Baía do Iguape, criada em 11 de agosto de 2.000 no Recôncavo Baiano, com o objetivo de garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos renováveis tradicionalmente utilizados.

A RESEX possui um território de 10.082,45 hectares e configura-se como a unidade de conservação federal com o maior número de população tradicional beneficiária, abrangendo quase 10 mil famílias registradas, distribuídas entre 99 comunidades tradicionais, incluindo comunidades quilombolas. Os municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, que compõem os limites territoriais da UC, possuem baixos valores de PIB e IDH. Apesar disso, as comunidades apresentam enorme potencial para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, são muito organizadas e interessadas na gestão do território, e apresentam alto grau de participação e envolvimento, sobretudo as mulheres.

Contudo, com o avanço da monocultura e de grandes empreendimentos degradadores dos ambientes marinhos da Baía do Iguape, as comunidades tradicionais da Reserva Extrativista têm sido sujeitas a uma série de violências, conflitos fundiários, precarização de suas economias e índices sociais. Este contexto tem gerado uma demanda crescente pelo desenvolvimento de cadeias produtivas alternativas à pesca artesanal e à agricultura familiar, sendo a organização e o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária a principal atividade demandada pelas famílias beneficiárias da Reserva Extrativista, especialmente em

decorrência de seu alto potencial associativo com as práticas cotidianas já presentes em seus modos de vida tradicionais.

Na Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, quatro comunidades se destacam pelo potencial e oportunidade de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária: Guaí, Engenho da Ponte, São Francisco do Paraguaçu e Salamina-Putumuju.

2.1. Quilombo do Guaí

O Território Quilombola do Guaí, composto por diversas comunidades como o Girau Grande, Guerém, Baixão do Guaí e Porto da Pedra, situado no município de Maragogipe/BA, possui uma associação civil comunitária altamente organizada, com sua produção econômica centrada na atividade da agricultura familiar e subsidiariamente na pesca artesanal. É um território com fortes expressões da cultura local, tendo mantido uma série de referências culturais ancestrais, como celebrações religiosas, expressões artísticas e saberes tradicionais sobre a biodiversidade local, ainda muito vivos em suas atividades cotidianas.

Neste território, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e a Universidade Federal da Bahia – UFBA, desenvolve a ação de salvaguarda intitulada “Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar”, projeto que foca no plantio de Sistemas Agroflorestais – SAFs em áreas degradadas de antigos latifúndios no interior do quilombo, incluindo nestes sistemas não só espécies voltadas para a produção e segurança alimentar da comunidade, mas também a produção das matérias primas necessárias à confecção dos instrumentos musicais utilizados em patrimônios culturais brasileiros registrados pelo IPHAN, como a roda de capoeira, o ofício dos mestres de capoeira e o samba de roda do Recôncavo. Além destas ações, o projeto prevê também o manejo sustentável de biribas, o intercâmbio das comunidades quilombolas do Guaí com tradicionais grupos culturais e mestres da capoeira da Bahia e a capacitação do público-alvo no ofício da artesanaria de instrumentos musicais, como berimbaus, pandeiros, reco-recos e atabaques.

Destarte, a única lacuna ainda não contemplada e que se configura como demanda maior destas comunidades é aliar os frutos deste projeto com a visitação. Pretende-se que o Turismo de Base Comunitária neste território fortaleça não só a proteção e difusão dos modos

de vida das próprias comunidades envolvidas, mas que explore também com os visitantes temas relacionados à educação patrimonial e à importância da salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais brasileiros. O quilombo já possui uma organização mínima para a visitação, tendo já acolhido em suas comunidades grupos de capoeira angola com visitantes brasileiros e de diversos outros países, como França, Argentina, Uruguai e Chile.

Como roteiro, a comunidade explora as atividades tradicionais de produção do azeite de dendê, da farinha, a roça e a agrofloresta, a mariscagem, a meliponicultura e o manejo da biriba, aliando a estas atividades a contação de histórias ancestrais, os saberes sobre plantas medicinais e rezas tradicionais, cânticos de trabalho, a culinária, dentre outras atividades. Este quilombo possui também um grande potencial de visitação também pelas suas belezas cênicas, pois agrega em seus territórios grandes remanescentes preservados de Mata Atlântica, trilhas e uma série de cachoeiras e cascatas.

2.2. Engenho da Ponte

O Território Quilombola do Engenho da Ponte, situado no município de Cachoeira/BA, é uma comunidade com alta organização e que faz parte do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguaçu, organização civil sem fins lucrativos que tem como principais finalidades a defesa dos direitos comunitários, a garantia do acesso à terra, a preservação dos bens materiais, imateriais e dos ecossistemas de que dependem essas comunidades para seu desenvolvimento com sustentabilidade. Os representantes das comunidades envolvidas compõem um fórum que se reúne mensalmente (cada mês numa comunidade diferente), onde são tomadas as decisões coletivas sobre questões que envolvem desde o cotidiano das comunidades até os projetos de desenvolvimento de longo prazo. Através de seu Coletivo de Jovens Empreendedoras/es do Quilombo do Engenho da Ponte, formado em 2018, desempenha formações socioeducacionais e étnico culturais identitárias com jovens negros e negras do Quilombo, com a finalidade de fortalecer as práticas de saberes e fazeres da comunidade e fortalecer estratégias de fomento da renda das famílias através do fortalecimento da comercialização dos produtos da agricultura familiar e do turismo étnico comunitário.

O Engenho da Ponte já realiza experiências com roteiros turísticos a partir de uma produção associada a ancestralidade, cultura, identidade étnica e a sustentabilidade econômica local coletiva através da agricultura e da mariscagem e das rotas e articulações de sobrevivência e resistência pela formação da diversidade Brasileira. No Quilombo são trabalhados três roteiros que contemplam vivências sobre a história do quilombo Engenho da Ponte; imersão cultural nas atividades comunitárias cotidianas; visita à Igreja da comunidade, aos locais sagrados do Baobá e “Pé do Velho”; roda de prosa com o coletivo de Jovens Empreendedoras/es; oficinas de samba de roda, de turbante e tranças afro-Nagô; experiências culinárias; passeios de canoa até as ruínas do Engenho do Quilombo Engenho da Praia; vivência com a retirada de mariscos nos manguezais, com a lavagem do marisco, catagem das folhas para cozimento e preparo coletivo de moqueca ou escaldo de marisco; além de oficinas de percussão e de saberes sobre a medicina tradicional da comunidade.

2.3. Quilombo de São Francisco do Paraguaçu

O Quilombo de São Francisco do Paraguaçu é um quilombo com estrutura mais urbanizada, com acesso fácil via rodoviária através do município de Cachoeira, sendo um dos roteiros mais visitados por turistas na região da Reserva Extrativista. A comunidade abriga o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, construção do ano de 1649, que presta o serviço de visita guiada contando a história o Convento, sua arquitetura e seus usos durante a história da construção. O Quilombo localiza-se na costa da área mais extensa do lagamar da Baía do Iguape, promovendo uma enorme procura por passeios embarcados, geralmente conduzidos por membros da população tradicional beneficiária da Reserva Extrativista. Do lado oposto à margem do Rio Paraguaçu, o quilombo é rodeado de uma cadeia de morros e pequenas montanhas com cobertura bem preservada de Mata Atlântica, com trilhas inda mal estruturadas e cachoeiras que são utilizadas como roteiros improvisados de visitação. A comunidade possui uma boa organização através de sua Associação e dispõe de muitos condutores de embarcações tradicionais, que ora são utilizadas como veículos náuticos para a atividade de pesca, ora para conduzir visitantes. A comunidade tem também fortes traços culturais ancestrais, com importantes grupos tradicionais de samba de roda da região do Recôncavo Baiano. A demanda pelo ordenamento do Turismo de Base Comunitária no quilombo está centrada na necessidade dos condutores das embarcações, que solicitam com

frequência capacitações, qualificações para a administração de seus negócios turísticos locais e para a administração e divulgação de seus roteiros.

2.4. Quilombo da Salamina-Putumuju

A comunidade Quilombola Salamina-Putumuju está localizada no Distrito de São Roque, município de Maragogipe. A comunidade é acessada principalmente por via fluvial e suas famílias destinam-se basicamente às atividades produtivas da agricultura, da pesca e do extrativismo da piaçava, com extensas áreas de cobertura florestal, pequenas áreas cultivadas e manguezais. O Quilombo da Salamina-Putumuju é conhecido por abrigar o Forte da Salamina, construção histórica de grande relevância durante as lutas de independência da Bahia, e também a Casa Grande de um antigo senhor de escravos, antes proprietário de grande parte das terras atuais do Quilombo. As belezas cênicas do Forte da Salamina aliadas à paisagem costeira formam um atrativo turístico muito procurado por visitantes. Há também uma série de ruínas entremeadas à Floresta Atlântica, que trazem também os olhares de muitos visitantes à região. Contudo, estas visitas são, em geral, operadas por donos de embarcação de outras regiões que adentram se qualquer relação de respeito ou acordo com os moradores locais, sem a utilização dos serviços locais, não agregando qualquer benefício à própria comunidade, seja pela ausência de promoção de trabalho e renda locais, ou pela ausência de adotar como temáticas da visita a história, a memória, os modos de vida das famílias moradoras do Quilombo e sua relevância para a manutenção dos patrimônios culturais e locais da comunidade. Anteriormente à Pandemia do COVID-19, lideranças do Quilombo iniciaram um projeto para o ordenamento do Turismo de Base Comunitária na Salamina-Putumuju, mas em decorrência das necessidades de lockdown, isolamento social e em consequência da precarização econômica das famílias durante o período, o projeto permaneceu inconcluso. A presente contratação tem como finalidade aproveitar o interesse e a iniciativa da comunidade para incluir este Quilombo nas capacitações e nos planejamentos para o Turismo de Base Comunitária, para que os potenciais de visita da comunidade tragam benefícios aos seus moradores.

3. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS

3.1. Atividade 1: Metodologia/reunião para elaboração do Plano de Trabalho

A empresa deverá participar de uma reunião com a equipe gestora da RESEX e com representações das comunidades alvo para a elaboração de Plano de Trabalho e detalhamento dos itens do TDR. Nesta reunião também serão entregues pelo ICMBio os insumos para a realização do trabalho (banco de dados, bibliografia, etc.). A reunião para elaboração do Plano de Trabalho será realizada de forma virtual e terá a duração de 6 horas.

Produto 1: Plano de Trabalho ajustado

3.2. Atividade 2: Realização de visita técnica de reconhecimento e diagnóstico.

A empresa deverá realizar visita técnica, com duração de pelo menos 6 dias, às quatro comunidades envolvidas na demanda, com a finalidade de dialogar com as representações comunitárias locais, identificar as atividades de turismo já desenvolvidas, as potencialidades, os gargalos e as necessidades, como forma de elaborar um diagnóstico de cada uma dessas comunidades que subsidiará o planejamento metodológico das próximas etapas do contrato. Nestes diagnósticos, a empresa deverá também identificar de forma participativa as temáticas culturais com potenciais de serem trabalhadas e desenvolvidas no planejamento do Turismo de Base Comunitária de cada comunidade. A empresa deverá também, juntamente com a equipe gestora da unidade de conservação, identificar e diagnosticar os demais potenciais turísticos da Reserva Extrativista, que poderão ser inclusos como roteiros dos planejamentos de Turismo de Base Comunitária.

Produto 2: Diagnóstico das comunidades alvo da contratação e das potenciais atividades/atrativos da Resex para o TBC.

3.3. Atividade 3: Oficinas de capacitação em TBC

A empresa deverá desenvolver em cada comunidade oficinas de capacitação em TBC, com a duração total de pelo menos 6 dias, trabalhando temáticas conceituais, normativas e práticas, tendo como metas a produção dos seguintes produtos: construção e formatação de roteiros turísticos, precificação, condução de visitantes, acessibilidade e inclusão de PCDs e gestão da segurança. Após a realização da Oficina, a empresa contratada será responsável por elaborar relatoria desta atividade, identificando no relatório quais as temáticas que possuem maior lacuna de discussão e conhecimento dentro das comunidades tradicionais da Resex e as principais dificuldades encontradas pelos participantes. A relatoria deverá conter também as dificuldades superadas durante a capacitação e as potencialidades apresentadas durante a Oficina que podem ser trabalhadas para o alcance dos objetivos da contratação.

Produto 3: Lideranças comunitárias capacitadas sobre os temas relacionados; Relatoria da Oficina.

3.4. Atividade 4: Oficina para a facilitação de Acordos Comunitários, estruturação do Plano de Negócios e do Plano de Monitoramento da Visitação para o TBC

A empresa deverá facilitar a elaboração participativa de acordos comunitários sobre a distribuição de competências, aspectos geracionais e de gênero e estratégias de repartição dos recursos advindos do turismo em cada uma das quatro comunidades envolvidas na demanda. Deverá ainda facilitar a elaboração participativa do Plano de Negócios simplificado e de estratégias de monitoramento da visitação para cada uma das comunidades alvo. A Oficina deverá ter uma duração mínima de 2 dias em cada comunidade e tem também como produto esperado a elaboração de um Plano de Ação para a estruturação e implementação do TBC nas comunidades envolvidas. Após a realização da Oficina, a empresa contratada será responsável por elaborar relatoria desta atividade, identificando no relatório quais as temáticas que possuem maior lacuna de discussão e conhecimento dentro das comunidades tradicionais da Resex e as principais dificuldades encontradas pelos participantes. A relatoria deverá conter

também as dificuldades superadas durante a capacitação e as potencialidades apresentadas durante a Oficina que podem ser trabalhadas para o alcance dos objetivos da contratação.

Produto 4: Relatoria da Oficina; Acordos comunitários; Planos de Negócios Simplificados; Planos de Monitoramento da Visitação; Plano de Ação para a organização e implementação do TBC em cada comunidade.

3.5. Atividade 5: Capacitação do público-alvo em Comunicação para o Turismo de Base Comunitária e elaboração participativa de guias para orientação do visitante

A empresa contratada deverá realizar oficina de capacitação do público-alvo em Comunicação voltada para o Turismo de Base Comunitária, buscando adotar métodos e estratégias pedagógicas culturalmente situadas, respeitando-se as diversidades raciais, étnicas e religiosas nas comunidades. Esta etapa terá também como produto esperado o levantamento participativo das informações elencadas coletivamente como necessárias para compor os guias locais de orientação do visitante, que deverá ser posteriormente diagramado pela empresa contratada e entregue por meio digital à equipe gestora da Reserva Extrativista. O conteúdo dos guias locais de orientação do visitante deverá ser submetido à apreciação da equipe gestora da Reserva Extrativista e das lideranças comunitárias envolvidas no projeto para ajustes e considerações, que deverão ser atendidos pela contratada. Os guias deverão obrigatoriamente considerar temáticas relacionadas aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, suas referências culturais, personagens, histórias e memórias. Esta capacitação deverá unificar os agentes envolvidos das três comunidades numa só oficina, com duração mínima de 4 dias.

Produto 5: Público-alvo capacitado; Relatoria sobre o levantamento participativo das informações elencadas para compor os guias locais de orientação do visitante; versão digital finalizada dos guias locais de orientação do visitante.

3.6. Atividade 6: Elaboração e validação de Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a RESEX Marinha da Baía do Iguape.

Subsidiada por todas as informações registradas e pelos produtos das etapas anteriores, a empresa contratada deverá elaborar Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape. Este Plano de Turismo de Base Comunitária deverá conter capítulos específicos contendo os planos locais das quatro comunidades envolvidas, além de capítulo específico contendo os possíveis roteiros integrados de visitação, que agreguem mais de uma comunidade ou outros potenciais de visitação da Reserva Extrativista localizados fora das comunidades envolvidas na demanda. Este Plano de Turismo de Base Comunitária deverá ser submetido à apreciação da equipe gestora da Reserva Extrativista e das lideranças comunitárias envolvidas no projeto para ajustes e considerações em Oficina presencial de pelo menos 2 dias, que deverão ser atendidos pela contratada.

Produto 6: Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A empresa de consultoria deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme exemplo a seguir:

| Nº | Produto | Prazo de entrega (dias a partir da assinatura do contrato) | % do valor do contrato |
|-----------|--|---|-------------------------------|
| 1 | Plano de trabalho ajustado | 15 | 3% |
| 2 | Realização de visita técnica de reconhecimento e diagnóstico | 60 | 23% |
| 3 | Oficinas de capacitação em TBC | 90 | 20% |

| | | | |
|----------|--|-----|-----|
| 4 | Oficina para a facilitação de Acordos Comunitários, estruturação do Plano de Negócios e do Plano de Monitoramento da Visitação | 120 | 20% |
| 5 | Capacitação do público-alvo em Comunicação para o Turismo de Base Comunitária e elaboração participativa de guias para orientação do visitante | 180 | 20% |
| 6 | Elaboração e validação de Plano de Turismo de Base Comunitária (TBC) para a RESEX Marinha da Baía do Iguape | 210 | 14% |

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

Os prazos de entrega dos produtos previstos na contratação podem ser flexibilizados em decorrência da agenda das próprias comunidades tradicionais e da equipe gestora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, devendo a empresa adaptar-se à agenda possível dos atores envolvidos na demanda.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br com cópia para gerencia.mar@funbio.org.br), devidamente aprovada pelo Analista Ambiental da Unidade de Conservação Bruno Marchena Romão Tardio (a aprovação dos produtos deverá ser solicitada através do e-mail resexbaiadoiguape@icmbio.gov.br).

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo

recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

É recomendado que as versões dos produtos submetidas à aprovação sejam entregues em formato digital, com extensão do arquivo compatível com softwares de edição de texto (.doc, .odt, .txt etc.) para facilitar a elaboração de sugestões e comentários por parte da equipe gestora e das comunidades envolvidas. A versão final aprovada de cada produto deverá ser entregue em formato digital na extensão “.pdf” para o endereço eletrônico.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

6.1. Responsabilidade do ICMBio

Fica a Resex Marinha da Baía do Iguape responsável por fornecer os seguintes insumos e informações:

- Informações e documentos que auxiliem na construção da proposta;
- Disponibilizar contatos e intermediar diálogo com as lideranças das associações envolvidas;
- Disponibilizar transporte, alimentação e hospedagem às lideranças comunitárias para a realização das ações de campo, tais como Oficinas e reuniões presenciais;
- Disponibilizar materiais para realização das oficinas (materiais como kit moderare, tarjetas, flip chart, papel de metro, papel Craft, fita adesiva, papel A4, impressão de questões geradoras, canetas esferográficas, crachás, pincéis atômicos e datashow);
- Alinhar previamente com as lideranças comunitárias e empresa contratada o local e data das oficinas.

6.2. Responsabilidade da contratada

Fica a empresa Contratada responsável por fornecer os seguintes insumos e informações:

- Custear a hospedagem e alimentação dos profissionais da empresa envolvidos nas atividades;
- Mediar as Oficinas e reuniões previstas neste Termo de Referência;
- Redigir relatórios das atividades.

7. QUALIFICAÇÃO PJ

Experiência de no mínimo 5 anos com trabalhos na área socioambiental com povos e comunidades tradicionais, preferencialmente de áreas costeiras e marinhas de unidades de conservação; elaboração de planejamentos e instrumentos de gestão de Unidades de Conservação (UC); e turismo sustentável e de base comunitária, educação ambiental, facilitação de oficinas através de metodologias participativas e capacitações voltadas à educação e ao uso público.

A empresa deverá dispor de profissional formado na área do Turismo, devidamente habilitado, com mais de 5 anos de experiência na organização, facilitação e/ou mediação de cursos/oficinas voltadas ao Turismo de Base Comunitária e na elaboração de instrumentos de gestão de unidades de conservação, especialmente Planos de Uso Público; com mobilizações, capacitações e oficinas com comunidades, preferencialmente com povos e comunidades tradicionais, quilombolas, trabalhadores rurais e/ou pescadores e pescadoras artesanais em áreas costeiras marinhas do Nordeste brasileiro; ter experiência com assessorias técnicas para a certificação de iniciativas em Turismo; e na formação de condutores de visitantes em ações de turismo.

A empresa deverá dispor também de Assistente Técnico(a) Especializado(a) para auxiliar o(a) coordenador(a) turismóloga durante as atividades de campo, elaboração de relatórios e planejamentos. Este profissional deve possuir formação na área de Turismo, Educação, Antropologia ou Ciências Sociais e ter pelo menos 2 anos de experiência nas atividades correlatas a este Termo de Referência.

Os profissionais da empresa deverão ainda executar as atividades da contratação respeitando sempre a diversidade cultural, étnica, racial, religiosa, etária, sexual, de gênero e de pessoas

com deficiência, adotando todos os métodos educativos inclusivos necessários à participação de todas as lideranças comunitárias envolvidas.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O responsável técnico pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será o Analista Ambiental Bruno Marchena Romão Tardio, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência. A equipe técnica da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape terá 10 dias úteis para avaliar cada produto, após a entrega pela contratante.